

1 **Ata da Vigésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Diretor da Universidade Federal de**  
2 **São João del-Rei.**

3 Aos 30 (trinta) dias do mês de novembro de 2015 (dois mil e quatorze), às 9 (nove) horas, estavam  
4 presentes para a 21<sup>a</sup> (vigésima primeira) reunião ordinária do Conselho Diretor da Universidade  
5 Federal de São João del-Rei, na sala de Reuniões dos Conselhos Superiores – *Campus Santo*  
6 Antônio, os seguintes conselheiros: professora Valéria Heloisa Kemp, Reitora e presidente do  
7 Conselho; professor Sérgio Augusto Araújo Gama Cerqueira, Vice-Reitor; os professores: Antônio  
8 Luiz Ribeiro Sabariz e Valceres Vieira Rocha e Silva; o servidor técnico-administrativo: Bruno  
9 Carvalho Gonzaga; e o membro indicado pelo Ministério da Educação: Antônio Carlos Duque  
10 Estrada Carvalho. Havendo *quorum*, a presidente do Conselho deu início à reunião, dando posse ao  
11 professor Antônio Carlos Duque Estrada Carvalho, docente não pertencente aos quadros da UFSJ e  
12 indicado pelo Ministério da Educação. Terminada a posse, foi aprovada, por unanimidade, a ata da  
13 reunião extraordinária ocorrida em 16 (dezesesseis) de março de 2015 (dois mil e quinze). Aprovada a  
14 ata, a presidente do Conselho comunicou que o processo de Prestação de Contas referente ao  
15 exercício de 2014 (dois mil e quatorze) da FAUF foi encaminhado diretamente para o CONSU, não  
16 passando pela apreciação deste Conselho, devido ao prazo de seu credenciamento, que se  
17 encerraria em 30 (trinta) de junho de 2015 (dois mil e quinze). Dessa forma, esclareceu que o  
18 processo foi aprovado em 29 (vinte e nove) de junho de 2015 (dois mil e quinze) por aquele  
19 Conselho, obtendo 32 (trinta e dois) votos favoráveis e 2 (duas) abstenções. Decididos os itens do  
20 expediente do dia, foi então colocada em discussão a pauta. No momento da aprovação, a presidente  
21 do Conselho solicitou que o item 9 (nove) passasse para item 2 (dois) devido à presença à reunião da  
22 interessada, professora Ana Paula Madureira, o que foi acatado. Aprovada a pauta, iniciaram-se os  
23 trabalhos. **Item um: Processo nº 23122008454/2015-32 – Prestação de Contas: Relatório de**  
24 **Gestão do Exercício de 2014. Interessada: PPLAN, relatado pela conselheira Valceres Vieira**  
25 **Rocha e Silva.** A relatora leu o mérito de seu parecer informando que a apresentação deste Relatório,  
26 além de atender às exigências legais do inciso XIII (treze) do artigo 31 (trinta e um) do Regimento  
27 Geral da UFSJ, e do inciso III (três) do artigo 19 (dezenove) do Estatuto da UFSJ, cumpre o dever  
28 administrativo de prestar contas à comunidade das atividades desenvolvidas pela Instituição e da  
29 condução dos gastos públicos em consonância com o seu Plano de Desenvolvimento Institucional  
30 (PDI) e da Lei Orçamentária Anual. Esclareceu que o Relatório de Gestão do exercício de 2014 (dois  
31 mil e quatorze) é apresentado como prestação de contas, nos termos do artigo 70 (setenta) da  
32 Constituição Federal, e elaborado de acordo com as disposições previstas nos seguintes documentos:  
33 Instrução Normativa IN TCU nº 63/2010 (sessenta e três / dois mil e dez), Decisão Normativa DN  
34 TCU nº 134/2013 (cento e trinta e quatro / dois mil e treze), Decisão Normativa DN TCU nº  
35 139/2014 (cento e trinta e nove / dois mil e quatorze), Decisão Normativa DN TCU nº 143/2015  
36 (cento e quarenta e três / dois mil e quinze) e Portaria TCU nº 90/2014 (noventa / dois mil e  
37 quatorze). Informou que, em concordância com o Anexo I da DN TCU nº 139/2014 (cento e trinta e

38 nove / dois mil e quatorze), o Relatório de Gestão 2014 (dois mil e quatorze) foi postado no Sistema  
39 de Prestação de Contas “e-contas” do TCU em 30 (trinta) de abril de 2015 (dois mil e quinze)  
40 conforme determina a legislação. Além disso, de acordo com a DN TCU nº 134/2013 (cento e trinta e  
41 quatro / dois mil e treze), ressaltou que a UFSJ é dispensada de apresentar a prestação de contas  
42 anual, ficando responsável de apresentar apenas o Relatório de Gestão. Seguindo o Anexo II da DN  
43 TCU nº 134/2013 (cento e trinta e quatro / dois mil e treze), esclareceu que o relatório foi estruturado  
44 com as Partes A e C, sendo a parte B incorporada à parte A de acordo com a estrutura do “e-contas”.  
45 Sobre a Parte A, informou que é de conteúdo geral, compondo-se de: Identificação da Unidade  
46 Jurisdicionada; Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão; Relacionamento com a  
47 Sociedade; Ambiente de Atuação; Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados; Tópicos  
48 Especiais da Execução Orçamentária e Financeira; Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra  
49 e Custos Relacionados; Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário; Gestão da Tecnologia da  
50 Informação; Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental; Atendimento de  
51 Demanda de Órgão de Controle; Informações Contábeis; e Outras Informações sobre a Gestão. Já  
52 sobre a Parte C, esclareceu que esta dispõe sobre as Considerações Finais. Esclareceu, ainda, que a  
53 UFSJ tem um modelo de gestão burocrático, com ações formalizadas em processos, atuando dentro  
54 de um conjunto de quatro macroprocessos finalísticos, quais sejam: ensino, pesquisa, extensão e  
55 desenvolvimento institucional. Destacou que a expansão da UFSJ realizada nos últimos 7 (sete) anos  
56 com a implantação do REUNI e do EXPANDIR ampliou significativamente o tamanho da UFSJ de  
57 2007 (dois mil e sete) até 2014 (dois mil e quatorze): de 3.790 (três mil setecentos e noventa) alunos  
58 de graduação saltou para mais de 13.000 (treze mil); o número de docentes passou de 214 (duzentos e  
59 quatorze) para 761 (setecentos e sessenta e um); e o número de técnicos-administrativos passou de  
60 202 (duzentos e dois) para 548 (quinhentos e quarenta e oito), distribuídos nos 6 (seis) *campi* da  
61 UFSJ. Por meio do Quadro 3 do Relatório de Gestão, informou que é possível verificar o  
62 detalhamento dos macroprocessos finalísticos e de apoio, apresentando não somente as atividades,  
63 como indicadores e apuração para o período de 2014 (dois mil e quatorze). De acordo com esse  
64 Quadro, em relação ao ensino, destacou que a UFSJ conta com 48 (quarenta e oito) cursos de  
65 graduação, modalidade presencial, sem informação sobre o número de alunos. Em termos de ensino a  
66 distância, esclareceu que são 4 (quatro) cursos de graduação e 7 (sete) de pós-graduação, em diversos  
67 polos, inclusive em outros Estados. Contudo, ressaltou que não deu para verificar pelo Relatório se  
68 foi cumprida a meta estipulada de um crescimento no número de matriculados, uma vez que não  
69 foram apresentados indicadores com metas. Em termos de assistência estudantil, pelo Relatório, em  
70 2014 (dois mil e quatorze), informou que, dos 1.785 (mil, setecentos e oitenta e cinco) discentes que  
71 se candidataram em 3 (três) editais da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE), 1027 (mil e  
72 vinte e sete) eram oriundos de famílias com renda familiar inferior a 1,5 salários mínimos. Informou  
73 ainda que, na moradia estudantil, no CTAN, têm 36 (trinta e seis) discentes, o auxílio transporte  
74 atende a 272 (duzentos e setenta e dois) discentes e que foram feitos 586 (quinhentos e oitenta e seis)

75 atendimentos em laboratórios, óticas e com médicos. Ressaltou que, também neste caso, não deu para  
76 verificar pelo Relatório se foi cumprida a meta estipulada de assistência estudantil, uma vez que não  
77 foram apresentados indicadores com metas. Em termos de pesquisa, informou que foram 426  
78 (quatrocentas e vinte e seis) bolsas de iniciação científica para o período 2013-2014 (dois mil e treze  
79 – dois mil e quatorze). O mesmo ocorreu com os cursos de pós-graduação, apresentando 20 (vinte)  
80 cursos de mestrado e 4 (quatro) de doutorado. Com relação à extensão, informou que 78 (setenta e  
81 oito) programas foram executados, 708 (setecentos e oito) cursos promovidos, 1.508 (mil, quinhentos  
82 e oito) eventos realizados, envolvendo 629 (seiscentos e vinte e nove) alunos e atingindo um público  
83 de 334.650 (trezentas e trinta e quatro mil e seiscentas e cinquenta) pessoas. Observou que não há  
84 informação sobre bolsas de extensão e que não foram apresentados indicadores com metas. Quanto  
85 ao desenvolvimento institucional, informou que foram aprovados no CONSU o Plano Piloto Físico  
86 Territorial dos *Campi* Tancredo Neves e Alto Paraopeba. Foi elaborado o Plano Piloto Físico  
87 Territorial do *Campus* Centro-Oeste Dona Lindu, que espera por desapropriação do terreno. O Plano  
88 Piloto Físico Territorial dos *Campi* Sete Lagoas, Santo Antônio e Dom Bosco foram elaborados e  
89 estão em discussão com a comunidade acadêmica para adequações. Já em relação ao Sistema  
90 Integrado de Gestão (SIG), instituído em 2014 (dois mil e quatorze) pelo Setor de Ouvidoria,  
91 observou que está em implantação. Em relação à Unidade de Auditoria Interna da UFSJ, informou  
92 que esta realizou, no exercício de 2014 (dois mil e quatorze), ações de auditoria em diferentes áreas  
93 da Instituição para assessorar a gestão. Essa Unidade emitiu 102 (cento e dois) Relatórios de  
94 Auditoria, apresentando um total de 43 (quarenta e três) recomendações aos setores da UFSJ. Quanto  
95 ao volume de recursos auditados, informou que as ações alcançaram um total de R\$ 22.314.800,31  
96 (vinte e dois milhões, trezentos e quatorze mil e oitocentos reais e trinta e um centavos),  
97 correspondendo a 43,32% (quarenta e três vírgula trinta e dois por cento) dos recursos executados  
98 pela UFSJ no exercício de 2014 (dois mil e quatorze), desconsiderando as despesas de pessoal. No  
99 que tange ao relacionamento com a sociedade, informou que a Ouvidoria da UFSJ recebeu 162  
100 (cento e sessenta e duas) manifestações, sendo: 59,26% (cinquenta e nove vírgula vinte e seis por  
101 cento) de solicitação de informação; 28,40% (vinte e oito vírgula quarenta por cento) de reclamação;  
102 6,17% (seis vírgula dezessete por cento) de denúncias; 5,55% (cinco vírgula cinquenta e cinco por  
103 cento) de sugestões e 0,06% (seis décimos por cento) de elogios. Com relação às Ações de  
104 Acessibilidade, realizadas em 2014 (dois mil e quatorze), para promover a efetiva inclusão de alunos  
105 com deficiência na Instituição, esclareceu que foram: criação de salas de recursos multifuncionais,  
106 coordenação das ações de 14 (quatorze) bolsistas/monitores para atividades diversas, realização do II  
107 Seminário de Inclusão no Ensino Superior (SINES), gestão dos recursos do Programa  
108 INCLUIR/MEC 2014, coordenação das atividades dos tradutores e intérpretes de Libras, co-  
109 realização do diagnóstico de barreiras da UFSJ e acompanhamento dos alunos da UFSJ com  
110 deficiência. Quanto ao planejamento da unidade, destacou que se baseou no Plano de Gestão  
111 2012/2016 (dois mil e doze / dois mil e dezesseis) e no Plano de Desenvolvimento Institucional

112 (PDI), pelos quais foram definidos 9 (nove) objetivos estratégicos, cujo Relatório aponta para as  
113 ações e resultados já alcançados, quais sejam: 1) melhorar a qualidade do trabalho institucional por  
114 meio da valorização, capacitação e qualificação dos servidores docentes e técnico-administrativos; 2)  
115 reestruturar e ampliar a infraestrutura física e administrativa, sendo destacadas as obras/serviços  
116 encerradas em 2014 (dois mil e quatorze) e as obras em andamento nos diversos *campi* da UFSJ; 3)  
117 adequar processos e procedimentos acadêmicos e administrativos, consolidando a expansão e a  
118 estrutura multissede; 4) assegurar as condições de ingresso, permanência e êxito escolar; 5) ampliar e  
119 consolidar os cursos de Graduação e Pós-Graduação; 6) ampliar a produção técnico-científica e a  
120 inovação tecnológica; 7) ampliar a interlocução entre a UFSJ e as comunidades das regiões atendidas  
121 por meio de ações de extensão universitária; 8) aprimorar os canais de comunicação internos e  
122 externos; e 9) fortalecer e ampliar as ações entre a UFSJ e instituições nacionais e internacionais.

123 Para a estrutura de governança e autocontrole de gestão, informou que a UFSJ conta com uma  
124 estrutura matricial, com decisões colegiadas, regidas por órgãos colegiados superiores, em que as  
125 decisões são tomadas em Conselhos e executadas pela Reitoria por meio de suas Pró-Reitorias.  
126 Conta, também, com a Congregação, uma Auditoria Interna e a Comissão Própria de Avaliação. Para  
127 a relatora, trata-se de uma estrutura democrática, que auxilia em uma atuação transparente. Contudo,  
128 ressaltou que ainda há uma falha ao não utilizar o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares  
129 (CGU-PAD), conforme dispõe a Portaria nº 1.043/2007 (mil e quarenta e três / dois mil e sete). De  
130 acordo com o Relatório, observou que esse fato é devido a problemas operacionais de funcionamento  
131 do Sistema. Em termos da execução orçamentária e financeira, de acordo com o Relatório, informou  
132 que as metas físicas foram cumpridas com bom desempenho, contribuindo para o desenvolvimento  
133 dos programas, projetos de ensino, pesquisa e extensão, e com a implementação de ações educativas  
134 e culturais, visando à qualidade e garantindo condições de acessibilidade. Apesar dos esforços  
135 desempenhados, ressaltou que grande parte da execução aconteceu próxima ao encerramento do  
136 exercício, o que justificou o volume de inscrição de “Restos a Pagar” em algumas ações. Na análise  
137 crítica da programação de despesa, consta que a UFSJ encerrou o exercício realizando as ações  
138 previstas e executando o orçamento dentro da programação, preservando a compatibilidade das  
139 dotações orçamentárias em relação às necessidades de crédito da Instituição. Porém, para a conclusão  
140 do processo de expansão, observou que existem obras planejadas que serão licitadas de acordo com a  
141 liberação de recursos orçamentários para investimento, o que torna necessária a revisão dos recursos  
142 orçamentários destinados às ações de manutenção em função da ampliação de sua estrutura física.

143 Quanto à realização de despesas, informou que houve aumento nas despesas com inexigibilidade  
144 devido às aquisições para montagem dos laboratórios de pesquisa. No que se refere ao uso do cartão  
145 de crédito corporativo, ressaltou que teve uma ampliação de valores entre 2013 (dois mil e treze) e  
146 2014 (dois mil e quatorze), passando de R\$ 43.516,40 (quarenta e três mil, quinhentos e dezesseis  
147 reais e quarenta centavos) para R\$ 50.210,00 (cinquenta mil, duzentos e dez reais). De acordo com o  
148 Relatório, esclareceu que foi adotada uma política para programação das despesas, visando a reduzir

149 esse tipo de gasto. Entretanto, observou que se justifica o aumento pelo crescimento das atividades  
150 em função do processo de expansão da Universidade e que esse acréscimo não foi proporcional ao  
151 crescimento institucional. Na análise crítica da estrutura de pessoal, informou que consta que a  
152 distribuição de encargos didáticos está em torno de 12 (doze) horas-aula por semana por docente,  
153 mais as atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas. No quadro de servidores técnico-  
154 administrativos, o índice técnico por aluno na Instituição está em torno de 1/25, enquanto que o ideal  
155 é 1/15. Foram concedidas 45 (quarenta e cinco) progressões por capacitação a servidores técnico-  
156 administrativos e 16 (dezesesseis) servidores docentes receberam retribuição por titulação. Com relação  
157 aos terceirizados, informou que o Relatório aponta para problemas com as empresas terceirizadas  
158 para esse setor com atrasos no pagamento dos funcionários. Quanto à gestão do patrimônio,  
159 esclareceu que a parte de gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros trouxe  
160 explicitados tanto a quantidade de veículos próprios existentes na UFSJ quanto dados de  
161 quilometragem, idade e custos com combustíveis, manutenção, peças e seguros. Além disso, mostrou  
162 a necessidade de contratação de terceirizados para suprir a demanda de transporte da Universidade.  
163 De acordo com o Relatório, o custo do quilômetro rodado com veículo próprio é inferior ao  
164 quilômetro rodado locado. Com relação aos imóveis, destacou que falta o alvará do Corpo de  
165 Bombeiros, devido à ampliação das edificações, observando que a UFSJ tem solicitado a reunião  
166 com o comandante do Pelotão para a liberalização das edificações isoladamente, o que facilitará o  
167 processo para a sua regularização. Em dezembro de 2014 (dois mil e quatorze), informou que foram  
168 incluídas no Sistema de Patrimônio da União (SPIUNet) as aquisições de um terreno em São João  
169 del-Rei, onde será construído o prédio do curso de Medicina. Foi adquirida uma fazenda na cidade de  
170 Jequitibá para atender ao curso de Agronomia no *Campus* Sete Lagoas. Foi lançada, também a  
171 Fazenda Boa Esperança em São João del-Rei e o imóvel alugado de terceiros do NIA (EMBRAPA)  
172 em Sete Lagoas. No que tange à gestão ambiental, o Relatório mostra que a UFSJ não participa da  
173 Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), que não separa resíduos recicláveis descartáveis  
174 e nem destina esses resíduos a associações e cooperativas de catadores conforme dispõe o Decreto nº  
175 5.940/2006 (cinco mil, novecentos e quarenta / dois mil e seis). No item de tratamento de  
176 recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI), de acordo com o Relatório, destacou que houve  
177 um direcionamento para acatar todas as recomendações solicitadas, sendo as providências adotadas  
178 sem dificuldades. Com relação à atuação da auditoria interna, o Relatório elenca todas as  
179 constatações levantadas pelo auditor, bem como o atendimento às recomendações ao longo de 2014  
180 (dois mil e quatorze), ressaltando que 4 (quatro) recomendações ficaram pendentes, 2 (duas) delas em  
181 função da dependência de outras instâncias. Esclareceu que a alimentação das Informações Contábeis  
182 no SIASG e SICONV foi feita pelo Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento, cuja declaração  
183 de responsabilidade se encontra no Relatório. Sobre a Parte C do Anexo III (três) da DN TCU nº  
184 134/2013 (cento e trinta e quatro / dois mil e treze), a relatora informou que trata das considerações  
185 finais, em que consta que as ações contidas no Plano de Gestão e executadas pelas pró-reitorias e

186 assessorias refletiram nos resultados da capacitação e qualificação dos servidores docentes e técnico-  
187 administrativos, nas obras e serviços concluídos em 2014 (dois mil e quatorze), na garantia das  
188 condições de ingresso, permanência e êxito escolar, na ampliação e consolidação dos cursos de  
189 graduação e pós-graduação, na produção técnico-científica e inovação tecnológica, na assistência  
190 estudantil e extensão e na internacionalização institucional. Consta, também, que a limitação  
191 orçamentária promovida pelo governo federal no exercício de 2014 (dois mil e quatorze) dificultou a  
192 realização das ações planejadas, além daquelas ligadas às áreas fins, tais como: redução de editais  
193 para aquisição de equipamentos, acervo bibliográfico etc. Diante do exposto, a relatora afirmou que  
194 se percebe que, apesar da presença de obstáculos, a gestão de 2014 (dois mil e quatorze) prezou pelo  
195 crescimento e desenvolvimento da Instituição, direcionando esforços para cumprir os objetivos  
196 estabelecidos no PDI e no Plano de Gestão 2012/2016 (dois mil e doze / dois mil e dezesseis) dentro  
197 dos princípios de eficiência e eficácia. Por fim, destacou que o Relatório de Gestão 2014 (dois mil e  
198 quatorze) está em concordância com a legislação vigente. Na fase de esclarecimentos, a presidente do  
199 Conselho informou que estava presente à reunião o Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento,  
200 senhor Cláudio Sérgio Teixeira de Souza, para esclarecimentos. Solicitou permissão para que ele  
201 pudesse falar, quando necessário, o que foi acatado. A presidente prestou ainda alguns  
202 esclarecimentos sobre o Relatório de Gestão, ressaltando que 2014 (dois mil e quatorze) foi um ano  
203 muito difícil para a Instituição, porque houve um corte no orçamento no final do ano, o que fez com  
204 que algumas dívidas fossem roladas para 2015 (dois mil e quinze). Em função desse corte, ressaltou  
205 que a Reitoria passou os meses de janeiro e fevereiro fazendo contas para tentar reduzir despesas.  
206 Para 2015 (dois mil e quinze), ressaltou que o orçamento da Instituição só foi liberado pelo Governo  
207 Federal no mês de junho, o que também dificultou muito o trabalho de todos. Finalizou destacando  
208 que, apesar de tudo, a UFSJ conseguirá fechar o ano com todas as contas em dia. Na sequência, o  
209 Pró-Reitor prestou mais alguns esclarecimentos, destacando que o referido Relatório se refere ao  
210 exercício de 2014 (dois mil e quatorze), quando houve o primeiro grande corte no financeiro da  
211 Instituição. Com relação à questão levantada pela relatora, que há falha ao não utilizar o Sistema de  
212 Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), o Pró-Reitor esclareceu que já foi lotada uma  
213 servidora no Gabinete da Reitoria, que passará a cuidar desta questão. Sobre os itens que a relatora  
214 destacou que não teve como avaliar por não terem sido apresentados indicadores com metas, a  
215 presidente sugeriu ao Pró-Reitor que peça essas informações às Pró-Reitorias para acrescentar no  
216 Relatório. Dados os esclarecimentos e discutida a matéria, a relatora leu o seu parecer: “Diante do  
217 exposto no mérito, e por evidenciarem de forma transparente o desempenho e a gestão dos recursos  
218 aplicados no exercício de 2014 e o cumprimento da legislação em vigor, sou de parecer favorável à  
219 aprovação do Relatório de Gestão da UFSJ, exercício de 2014. Este é o meu parecer, salvo melhor  
220 juízo”. Decisão do Plenário: o parecer da relatora foi aprovado por unanimidade, dando origem à  
221 Resolução nº 006 (seis), de 30 (trinta) de novembro de 2015 (dois mil e quinze), que passa a fazer  
222 parte do processo. **Item dois: Processo nº 23122011489/2015-59 – Anteprojeto de Resolução que**

223 **regulamenta a criação, a solicitação e o fornecimento de animais de laboratório no âmbito da**  
224 **UFSJ. Interessado: Biotério Central, relatado pelo conselheiro Antônio Luiz Ribeiro Sabariz.** O  
225 relator leu o mérito de seu parecer informando que a presente regulamentação visa a adequar as  
226 práticas realizadas no Biotério da UFSJ à “Diretriz Brasileira de Prática para o Cuidado e Utilização  
227 de Animais para Fins Científicos e Didáticos (DBPA)” do Ministério da Ciência e Tecnologia  
228 (MCT). Destacou que, desde 8 (oito) de outubro de 2008 (dois mil e oito), o Brasil possui uma Lei  
229 (Lei nº 11.794) que regulamenta o uso de animais para propósitos científicos e didáticos. Informou  
230 que essa mesma Lei criou o Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal (CONCEA),  
231 ligado ao Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação, órgão responsável pelos regulamentos que  
232 regem o uso de animais em pesquisa em ensino e também pelo credenciamento das Instituições  
233 envolvidas com essas atividades. Perante o Conselho Nacional de Controle de Experimentação  
234 Animal (CONCEA) e o MCT, esclareceu que o provimento de condições adequadas aos animais de  
235 pesquisa e ensino é de responsabilidade do pesquisador ou professor e da Instituição (ou sua  
236 representante) a que o biotério/laboratório está vinculado. Neste sentido, ressaltou que o anteprojeto  
237 de Resolução proposto preconiza e atende a todos os requisitos da Lei nº 11.794 (onze mil, setecentos  
238 e noventa e quatro), de 8 (oito) de outubro de 2008 (dois mil e oito), que regulamenta o uso de  
239 animais para propósitos científicos e didáticos. Informou que no referido anteprojeto está prevista a  
240 regulamentação da criação, solicitação e fornecimento de animais de laboratório no âmbito da UFSJ  
241 e estabelecimento de que todas as solicitações deverão possuir autorização expressa da Comissão de  
242 Ética no Uso de Animais (CEUA) da UFSJ. Informou que no anteprojeto ainda estão descritas a  
243 responsabilidade dos custos, que será sempre do solicitante, e as taxas a serem cobradas, que serão  
244 indicadas pela Coordenação do Biotério Central e estabelecidas pelo CONDI em resolução própria.  
245 Para a gestão financeira do Biotério Central, destacou que será criado o Fundo de Desenvolvimento  
246 do Bioterismo Institucional sob a supervisão do coordenador do Biotério Central. Esse Fundo será  
247 composto principalmente pelos valores arrecadados com as taxas estabelecidas pela Resolução. Por  
248 fim, o relator chamou a atenção que o CONSU referendou a Resolução nº 002, 3 (três) de março de  
249 2015 (dois mil e quinze), que estabelece nomenclaturas, finalidades, siglas e subordinações das  
250 unidades organizacionais da UFSJ, em 28 (vinte e oito) de setembro de 2015 (dois mil e quinze), mas  
251 propôs algumas alterações; entre elas, a inclusão do Núcleo de Criação de Animais de Laboratório  
252 (NUCAL), antigo Biotério. Por isso, em função dessa alteração, recomendou a substituição do nome  
253 do Biotério pela nova nomenclatura (NUCAL) na resolução proposta. Na fase de esclarecimentos, a  
254 presidente do Conselho lembrou que estava presente à reunião a coordenadora do Biotério Central,  
255 agora Núcleo de Criação de Animais de Laboratório, professora Ana Paula Madureira, para  
256 esclarecimentos. Solicitou permissão para que ela pudesse falar, quando necessário, o que foi  
257 acatado. A professora Ana Paula esclareceu que a troca do nome de Biotério para Núcleo foi para  
258 atendimento a uma regulamentação do CONCEA. A presidente informou ainda que o prédio do  
259 Biotério no CTAN está sendo finalizado. Assim que instalado, destacou que lá será criado um centro

260 de referência de pesquisa para todo o estado de Minas Gerais. A professora Ana Paula informou que  
261 participou do 2º Simpósio do CONCEA, quando o coordenador desse órgão anunciou a possibilidade  
262 de se realizar um CT-Infra para os biotérios, o que facilitará muito o desenvolvimento da pesquisa.  
263 Dados os esclarecimentos e discutida a matéria, o relator leu o seu parecer: “Com base no mérito, sou  
264 de parecer favorável, s.m.j., à aprovação do Anteprojeto de Resolução, com o destaque apresentado  
265 no mérito, que regulamenta a criação, a solicitação e o fornecimento de animais de laboratório no  
266 âmbito da UFSJ”. Decisão do Plenário: o parecer do relator foi aprovado por unanimidade, dando  
267 origem à Resolução nº 007 (sete), de 30 (trinta) de novembro de 2015 (dois mil e quinze), que passa  
268 a fazer parte do processo. **Item três: Processo nº 23122015544/2015-80 – Proposta orçamentária**  
269 **2015. Interessada: PPLAN, relatado pelo conselheiro Antônio Luiz Ribeiro Sabariz.** O relator  
270 leu o mérito de seu parecer informando que a proposta orçamentária anual da UFSJ normalmente é  
271 apreciada no primeiro semestre acadêmico. Todavia, ressaltou que 2015 (dois mil e quinze) foi um  
272 ano fiscal atípico e que, devido ao contingenciamento financeiro proposto pelo Ministério do  
273 Planejamento, Orçamento e Gestão, o conhecido ajuste fiscal proposto pelo Ministro Joaquim Levy,  
274 a proposta elaborada pela Pró-Reitoria de Planejamento (PPLAN) da UFSJ só pôde ser consolidada  
275 no início do mês de setembro. Dessa forma, informou que na proposta orçamentária 2015 (dois mil e  
276 quinze) os recursos estão subdivididos em recursos provenientes da Matriz ANDIFES; PNAES –  
277 Programa Nacional de Assistência Estudantil; INCLUIR – Programa de Acessibilidade na Educação  
278 Superior; PROMISAES – Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior; PROEXT –  
279 Programa de Extensão Universitária; REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das  
280 Universidades Federais; Programa de Consolidação das IFES; Expansão da Educação em Saúde;  
281 Programa Mais Médico; Complementação SEB (Secretaria de Educação Básica); Complementação  
282 SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão); Complemento  
283 I; e Programa Inglês sem Fronteiras. Observou que se destaca na proposta orçamentária uma série de  
284 ações prioritárias que nortearão a execução do orçamento previsto para 2015 (dois mil e quinze), as  
285 quais foram listadas pelo relator. Informou que o teto da proposta prevista no Projeto de Lei de  
286 Orçamento Anual (PLOA) para o ano de 2015 (dois mil e quinze) foi definido pelo Governo Federal,  
287 tendo como base: informações sobre estimativa de gasto com pagamento para servidores, resultados  
288 da aplicação da Matriz SESU/ANDIFES (regulamentada pelo Decreto nº 7.233, de 19 de julho de  
289 2010, e pela Portaria nº 621, de 24 de julho de 2013, bem como pelos recursos destinados aos  
290 Programas: PNAES, INCLUIR, PROMISAES, PROEXT, REUNI, PDU, Consolidação das IFES,  
291 Expansão da Educação em Saúde, Programa Mais Médicos, Complementação SEB,  
292 Complementação SECADI, Complemento I e Inglês sem Fronteiras, e limites para Programas e/ou  
293 Ações Orçamentárias Específicas definidas pelas Secretarias ou Órgãos do Ministério da Educação  
294 (MEC). Para 2015 (dois mil e quinze), destacou que consta no Projeto de Lei de Orçamento Anual  
295 (PLOA) o montante de R\$4.234.293,00 (quatro milhões, duzentos e trinta e quatro mil e duzentos e  
296 novena e três reais) para atendimento das despesas de custeio, que foi reduzido em 10% (dez por



297 cento) com os cortes realizados pelo MEC. Informou que os recursos de investimento para  
298 consolidação do processo de expansão vieram por meio do Programa de Consolidação das IFES,  
299 Expansão da Educação em Saúde e Plano de Desenvolvimento das Universidades. Em relação aos  
300 recursos destinados à UFSJ, provenientes da matriz ANDIFES, informou que tiveram um aumento na  
301 ordem de 13% (treze por cento) em relação a 2014 (dois mil e quatorze). Todavia, com a realização  
302 do corte efetuado pelo Governo Federal em 10% (dez por cento) para o custeio e 50% (cinquenta por  
303 cento) para o capital, o aumento detectado deverá ser desconsiderado. Esclareceu que as despesas  
304 com manutenção e assistência estudantil foram estimadas com base no levantamento das despesas  
305 efetivamente pagas no exercício 2013 (dois mil e treze) e 2014 (dois mil e quatorze). Salientou,  
306 porém, que os índices inflacionários no período de julho de 2014 (dois mil e quatorze) a novembro de  
307 2014 (dois mil e quatorze), quando da elaboração da proposta orçamentária para 2014 (dois mil e  
308 quatorze), giraram em torno de 6% (seis por cento). Dessa forma, observou que foram adotados os  
309 seguintes critérios para correção dos valores referentes à manutenção: 21% (vinte e um por cento)  
310 sobre os valores executados em 2013 (dois mil e treze) e 10% (dez por cento) sobre os valores  
311 programados para execução em 2014 (dois mil e quatorze). Esclareceu que os percentuais adotados  
312 foram baseados na soma do índice inflacionário com a expectativa de crescimento institucional para  
313 o exercício de 2015 (dois mil e quinze). Para os contratos de locação de mão de obra, observou que  
314 foi utilizado o índice de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor vigente em 2014 (dois mil e  
315 quatorze), tendo em vista as convenções coletivas das classes trabalhadoras contratadas. Destacou,  
316 ainda, que toda programação visa a atender às atividades fim e meio na seguinte proporção: 95%  
317 (noventa e cinco por cento) para a área fim e 5% (cinco por cento) para a área meio, cujos valores  
318 detalhados constam em planilha anexa ao processo. Informou que a Proposta Orçamentária 2015  
319 (dois mil e quinze) foi elaborada visando ao atendimento dos critérios definidos pela  
320 Resolução/CONDI nº 005 (cinco), de 21 (vinte e um) de fevereiro de 2000 (dois mil), em que são  
321 contempladas as despesas descritas, obedecendo ao limite do teto de recursos definidos pelo MEC e  
322 dando prioridade para a atividade fim (ensino/pesquisa/extensão) e garantia de cumprimento das  
323 despesas de manutenção. Em atendimento ao disposto pelo CONDI, destacou que toda a memória de  
324 cálculo das despesas fixas para o exercício de 2015 (dois mil e quinze) foi apresentada na forma de  
325 planilhas. Para o Orçamento 2015 (dois mil e quinze), esclareceu ainda que a Reitoria destina  
326 recursos para a composição do fundo de apoio a alunos que vierem a participar do programa de  
327 intercâmbio internacional, bem como para o financiamento de atividades esportivas e das empresas  
328 juniores. Destina também a dotação de recursos para a composição do fundo de apoio ao ensino, à  
329 pesquisa e à extensão, jovens talentos e tutorias. Para o Programa Nacional de Assistência Estudantil  
330 do MEC – PNAES, informou que a Reitoria propõe a destinação dos R\$ 12.580.882,00 (doze  
331 milhões, quinhentos e oitenta mil, oitocentos e oitenta e dois reais), sendo despesas com bolsas,  
332 assistência ao esporte, empresas juniores, assistência ao estudante (SEASE), despesas com auxílio  
333 alimentação, transporte, moradia, saúde bucal, física e mental dos alunos carentes. Por fim,

334 esclareceu que a proposta orçamentária é apresentada em forma de resolução, que regula a execução  
335 do orçamento com a manutenção da fixação do subteto orçamentário por grupo de despesa para cada  
336 unidade administrativa/centro de custo, o que lhes dará maior autonomia na gestão de seus recursos.  
337 Esclareceu ainda que a resolução contempla a legislação vigente, não havendo por parte dele  
338 nenhuma alteração a ser proposta na forma como foi apresentada. Na fase de esclarecimentos, a  
339 presidente do Conselho lembrou que estava presente à reunião o Pró-Reitor de Planejamento e  
340 Desenvolvimento, senhor Cláudio Sérgio Teixeira de Souza, para esclarecimentos também a este  
341 processo. O relator parabenizou o Pró-Reitor pela forma como a proposta orçamentária é  
342 apresentada, o que facilita o seu entendimento. A presidente do Conselho pediu desculpas pelo fato  
343 de este processo só estar vindo agora para apreciação do Conselho, mas ressaltou que, além do  
344 orçamento ter sido efetivamente liberado somente no meio do ano, houve também a greve dos  
345 servidores técnico-administrativos, quando se estava trabalhando apenas com 30% (trinta por cento)  
346 do quadro de servidores. O Pró-Reitor reforçou que esta deve ter sido a quinta versão da proposta  
347 orçamentária referente ao exercício de 2015 (dois mil e quinze). A cada corte que era anunciado pelo  
348 Governo Federal, era necessário refazer a proposta. Informou ainda que a proposta orçamentária para  
349 o exercício de 2016 (dois mil e dezesseis) já está praticamente finalizada e espera que possa enviá-la  
350 dentro do prazo. Dados os esclarecimentos e discutida a matéria, o relator leu o seu parecer: “Com  
351 base no mérito, sou de parecer favorável, s.m.j., à aprovação da proposta orçamentária 2015 da  
352 UFSJ”. Decisão do Plenário: o parecer do relator foi aprovado por unanimidade, dando origem à  
353 Resolução nº 008 (oito), de 30 (trinta) de novembro de 2015 (dois mil e quinze), que passa a fazer  
354 parte do processo. **Item quatro: Processo nº 23122012897/2015-28 – Ações do Plano Anual de**  
355 **Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2015 até o período de junho de 2015. Interessada:**  
356 **AUDIT, relatado pelo conselheiro Antônio Luiz Ribeiro Sabariz.** O relator leu o mérito de seu  
357 parecer informando que a Auditoria Interna da UFSJ tem por objetivo o controle da gestão em todas  
358 as suas dimensões, referente à fiscalização contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e  
359 operacional. Nesse sentido, destacou que se pretende monitorar a aplicação dos princípios  
360 consagrados na Administração Pública, tais como: legalidade, eficácia, eficiência, economicidade,  
361 qualidade e efetividade das ações públicas. Trata-se, portanto, da busca de melhor alocação dos  
362 recursos públicos não só atuando para corrigir os eventuais desperdícios, à improbidade, à  
363 negligência e à omissão, mas, principalmente, antecipando-se a essas ocorrências e buscando garantir  
364 os resultados pretendidos. Assim, esclareceu que, após a auditoria realizada em cada área, seus  
365 resultados são levados ao conhecimento dos Pró-Reitores das unidades em questão, para que adotem  
366 as providências saneadoras, sendo que os pontos, sanados ou não, constarão do Relatório a ser  
367 encaminhado à Reitoria. Além das ações previstas neste Plano Anual de Atividades de Auditoria  
368 Interna (PAINT), destacou que a Auditoria Interna fornece assistência e apoio necessários à SECEX-  
369 MG/TCU e à CGU/MG, quando de suas auditorias na Universidade, bem como acompanha o  
370 cumprimento das recomendações feitas, informando seus resultados às unidades envolvidas e à

371 Reitoria. Esclareceu que a Unidade de Auditoria Interna da UFSJ está subordinada ao Conselho  
372 Diretor, conforme determina o artigo 2º (segundo) do seu Regimento Interno, aprovado pela  
373 Resolução/CONSU nº 006 (seis), de 9 (nove) de março de 2009 (dois mil e nove), alterado pela  
374 Resolução/CONSU nº 007 (sete), de 25 (vinte e cinco) de fevereiro de 2013 (dois mil e treze).  
375 Segundo recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), ressaltou que fica a Auditoria  
376 Interna da UFSJ responsável por informar à Reitoria e ao CONDI o andamento e o resultado parcial  
377 de suas ações de auditoria periodicamente ao longo do ano fiscal. No caso deste processo, esclareceu  
378 que estão informadas as atividades no ano de 2015 (dois mil e quinze) até o mês de junho. Assim, à  
379 luz da informação de um relatório bem detalhado, que consta deste processo, o relator afirmou que  
380 pôde constatar que todas as ações foram realizadas a contento dentro do planejamento. Destacou,  
381 apenas, que a equipe que realiza o trabalho é reduzida, o que levou algumas atividades a serem  
382 reprogramadas para o segundo semestre de 2015 (dois mil e quinze). Na fase de esclarecimentos, a  
383 presidente do Conselho lembrou que estava presente à reunião o Chefe da Auditoria Interna, senhor  
384 Paulo Cabral de Ávila, para esclarecimentos a este e ao próximo processo da pauta. Solicitou  
385 permissão para que ele pudesse falar, quando necessário, o que foi acatado. O relator parabenizou a  
386 equipe da Auditoria, que fez um bom trabalho, mesmo tendo um quadro reduzido de funcionários. O  
387 Chefe da AUDIT prestou os esclarecimentos necessários, destacando que logo encaminhará o Plano  
388 de Ações do segundo semestre deste ano, que, segundo ele, deverá ser cumprido em 95% (noventa e  
389 cinco por cento) do previsto. Dados os esclarecimentos e discutida a matéria, o relator leu o seu  
390 parecer: “Com base no mérito, sou de parecer favorável, s.m.j., à aprovação das Ações do Plano  
391 Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) desenvolvidas em 2015, até o período de junho de  
392 2015 na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)”. Decisão do Plenário: o parecer do relator  
393 foi aprovado por unanimidade, dando origem à Resolução nº 009 (nove), de 30 (trinta) de novembro  
394 de 2015 (dois mil e quinze), que passa a fazer parte do processo. **Item cinco: Processo nº**  
395 **23122018946/2015-36 – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2016.**  
396 **Interessada: AUDIT, relatado pela conselheira Valceres Vieira Rocha e Silva.** A relatora leu o  
397 mérito de seu parecer informando que o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o ano  
398 de 2016 (PAINT/2016) é apresentado conforme estabelece o Decreto nº 3.591 (três mil, quinhentos e  
399 novena e um), de 6 (seis) de setembro de 2000 (dois mil), a Instrução Normativa SFC nº 01 (um), de  
400 3 (três) de janeiro de 2007 (dois mil e sete), além das orientações dos órgãos de Controle Interno do  
401 Poder Executivo Federal. Esclareceu que a Unidade de Auditoria Interna da UFSJ (AUDIT) está  
402 subordinada ao Conselho Diretor, conforme determina o artigo 2º (segundo) do seu Regimento  
403 Interno, aprovado pela Resolução/CONSU nº 006 (seis), de 9 (nove) de março de 2009 (dois mil e  
404 nove), alterado pela Resolução/CONSU nº 007 (sete), de 25 (vinte e cinco) de fevereiro de 2013  
405 (dois mil e treze). Esclareceu ainda que a AUDIT tem por objetivo o controle da gestão em todas as  
406 suas dimensões: fiscalização contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional. Nesse  
407 sentido, pretende-se monitorar a aplicação dos princípios consagrados na Administração Pública, tais

408 como: legalidade, eficácia, eficiência, economicidade, qualidade e efetividade das ações públicas.  
409 Trata-se, portanto, da busca de melhor alocação dos recursos públicos não só atuando para corrigir os  
410 eventuais desperdícios, a improbidade, a negligência e a omissão, mas, principalmente, antecipando-  
411 se a essas ocorrências e garantindo os resultados pretendidos pela Instituição. Destacou que a AUDIT  
412 pretende alcançar as seguintes metas no ano de 2016 (dois mil e dezesseis): participação em eventos;  
413 fornecer treinamentos à equipe de auditoria; cumprir a programação de trabalhos; monitorar o  
414 cumprimento das recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da  
415 União (CGU) e monitorar o cumprimento das recomendações da AUDIT. Ressaltou que foram  
416 evidenciadas as seguintes necessidades para um melhor funcionamento da AUDIT: melhorar o fluxo  
417 de informação com o CONDI; desenvolver ferramentas para inserir atividades de avaliação de riscos;  
418 qualificação de pessoal; e estudo de demanda de pessoal para o setor, uma vez que o TCU ressaltou  
419 que a equipe é insuficiente para uma organização do porte da UFSJ. Para o planejamento das ações  
420 de auditoria, informou que foram considerados os programas e ações definidos na Proposta  
421 Orçamentária da UFSJ para o exercício de 2016 (dois mil e dezesseis), utilizando os critérios de  
422 materialidade, criticidade, relevância e tempo de realização de auditorias, de acordo com as  
423 definições da IN SFC nº 01 (um), de 6 (seis) de abril de 2001 (dois mil e um). Além disto, informou  
424 que também foi considerado o quantitativo de pessoal da unidade, a relevância das ações para a  
425 UFSJ, o atendimento às solicitações dos órgãos de controle (CGU e TCU), os trabalhos realizados  
426 pela unidade nos últimos exercícios e as possíveis fragilidades dos controles internos. Observou que  
427 a execução das atividades previstas está limitada à necessidade de capacitação, uma vez que a  
428 estrutura de pessoal está reduzida. Por análise dos programas orçamentários, destacou que foram  
429 identificadas 6 (seis) áreas de gestão em que as ações da AUDIT são prioritárias: assistência  
430 estudantil; auxílio financeiro a estudantes (bolsas); diárias e passagens; obras e instalações; gestão  
431 orçamentária, financeira, patrimonial e de suprimento de bens e serviços (licitações, serviços  
432 terceirizados e equipamentos, dentre outros); e recursos humanos. Esclareceu que o Anexo I deste  
433 Plano traz a programação dos trabalhos em ações e subações desta unidade. Já o Anexo II traz as  
434 ações de desenvolvimento institucional e capacitação prevista para o fortalecimento das atividades da  
435 AUDIT. Esclareceu que, uma vez realizada a auditoria em cada área, seus resultados serão levados ao  
436 conhecimento dos Pró-Reitores das unidades em questão, para que adotem as providências  
437 saneadoras, sendo que os pontos, sanados ou não, constarão de Relatório a ser encaminhado à  
438 Reitoria. Além das ações previstas neste PAINT, informou que a AUDIT dará assistência e apoio  
439 necessários à SECEX-MG/TCU e à CGU/MG, nas suas auditorias na UFSJ, acompanhando o  
440 cumprimento das recomendações feitas e informando seus resultados às unidades envolvidas e à  
441 Reitoria. Segundo determina a legislação vigente, esclareceu que o Plano Anual de Atividades de  
442 Auditoria Interna para o ano de 2016 (dois mil e dezesseis) foi elaborado e enviado para apreciação e  
443 aprovação na Controladoria-Geral da União, Controladoria Regional da União no Estado e Minas  
444 Gerais. Em resposta, o Chefe da Divisão, senhor Adonias Fernandes Monteiro, escreveu que neste

445 exercício a CGU-MG não se manifestará sobre o PAINT 2016 (dois mil e dezesseis) e que, conforme  
446 o parágrafo 1º (primeiro) do artigo 5º (quinto) da IN CGU Nº 07/2006 (sete / dois mil e seis), a  
447 AUDIT deverá tomar as providências previstas nos artigos 6º (sexto) e 7º (sétimo) desta Instrução  
448 Normativa, que estabelecem, respectivamente, que “*O Conselho de Administração ou instância de*  
449 *atribuição equivalente, ou em sua falta, o dirigente máximo da entidade, aprovará o PAINT do*  
450 *exercício seguinte até o último dia útil do mês de dezembro de cada ano*” e “*O PAINT, devidamente*  
451 *aprovado, será encaminhado ao respectivo órgão de controle interno até o dia 31 (trinta e um) de*  
452 *janeiro de cada exercício a que se aplica, juntamente com o Relatório Anual de Atividades de*  
453 *Auditoria Interna do exercício anterior*”. Na fase de esclarecimentos, o Chefe da AUDIT prestou  
454 também os esclarecimentos necessários, destacando de que há uma informação de que será emitida  
455 uma nova Instrução Normativa (IN), a qual deverá mudar toda a sistemática do PAINT. Dados os  
456 esclarecimentos e discutida a matéria, a relatora leu o seu parecer: “Diante do exposto no mérito, sou  
457 de parecer favorável à aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) do  
458 exercício de 2016 da Universidade Federal de São João del-Rei”. Decisão do Plenário: o parecer da  
459 relatora foi aprovado por unanimidade, dando origem à Resolução nº 010 (dez), de 30 (trinta) de  
460 novembro de 2015 (dois mil e quinze), que passa a fazer parte do processo. **Item seis: Processo nº**  
461 **23122002308/2015-01 – Resolução Nº 001/2015, de 11/02/2015, ad referendum, que estabelece o**  
462 **valor mínimo por metro quadrado para a cessão de espaço físico não edificado nas unidades**  
463 **educacionais da UFSJ em São João del-Rei. Interessada: DIPRE, relatado pela conselheira**  
464 **Valceres Vieira Rocha e Silva.** A relatora leu o mérito de seu parecer informando que o valor  
465 monetário para cessão de espaço físico não edificado dentro da UFSJ é definido mediante avaliações  
466 feitas por 3 (três) corretores de imóveis. Porém, devido à urgência para a instalação de *trailers* de  
467 lanche nos *campi* da UFSJ localizados em São João del-Rei e a não disponibilidade desses  
468 profissionais em um curto período de tempo, o Setor de Serviços Gerais solicitou à Presidente do  
469 Conselho Diretor da UFSJ a definição desse valor *ad referendum* do CONDI. Dessa forma, foi  
470 sugerido por esse Setor que o valor mínimo do espaço físico não edificado nos *campi* de São João  
471 del-Rei fosse estabelecido como R\$ 10,00 (dez reais) por metro quadrado para instalação desses  
472 *trailers*. Destacou que esta solicitação se justificou pela urgência da instalação destes como mais  
473 uma alternativa de suprimento de alimentos para a comunidade acadêmica, pois a expansão da UFSJ  
474 implicou o distanciamento das unidades de ensino das cantinas atualmente já instaladas. Assim, em  
475 atendimento a esta solicitação, informou que a Presidente do Conselho Diretor, professora Valéria  
476 Heloisa Kemp, resolveu, *ad referendum* do Conselho Diretor, estabelecer o valor mínimo de R\$  
477 10,00 (dez reais) por metro quadrado para a cessão de espaço físico não edificado nas unidades  
478 educacionais da UFSJ em São João del-Rei, mediante a Resolução nº 001 (um), de 11 (onze) de  
479 fevereiro de 2015 (dois mil e quinze), considerando: 1) que o valor mínimo estabelecido no último  
480 edital de licitação para a cessão do metro quadrado de espaço físico edificado nas unidades  
481 educacionais da UFSJ em São João del-Rei foi de: R\$ 7,91 no *Campus Dom Bosco* (CDB); R\$ 9,05

482 no *Campus* Santo Antônio (CSA); e R\$ 10,00 no *Campus* Tancredo de Almeida Neves (CTAN),  
483 tendo como média dos três o valor R\$ 8,98; 2) que o valor atual da cessão do metro quadrado do  
484 espaço físico edificado nas unidades educacionais da UFSJ em São João del-Rei é de R\$ 19,67 no  
485 *Campus* Dom Bosco (CDB); R\$ 18,11 no *Campus* Santo Antônio (CSA); e R\$ 11,42 no *Campus*  
486 Tancredo de Almeida Neves (CTAN), tendo como média dos três o valor de R\$ 16,40; 3) que a  
487 média entre os valores mínimo e máximo da cessão do metro quadrado descritos acima é de R\$  
488 12,69; 4) que se trata de cessão de espaço físico não edificado; e 5) que a reunião ordinária do  
489 CONDI seguinte estava agendada para o dia 30 (trinta) de março de 2015 (dois mil e quinze). Na fase  
490 de esclarecimentos, a presidente reforçou que, após a emissão desta Resolução, foram instalados  
491 *trailers* nos *Campi* Santo Antônio, Dom Bosco e CTAN. Dados os esclarecimentos e discutida a  
492 matéria, a relatora leu o seu parecer: “Diante do exposto no mérito, sou favorável à aprovação da  
493 Resolução nº 001, de 11/2/2015, que resolve, *ad referendum* do Conselho Diretor, estabelecer o valor  
494 mínimo de R\$10,00 por metro quadrado para a cessão de espaço físico não edificado nas unidades  
495 educacionais da UFSJ em São João del-Rei”. Decisão do Plenário: o parecer da relatora foi aprovado  
496 por unanimidade, referendando a Resolução nº 001 (um), de 11 (onze) de fevereiro de 2015 (dois mil  
497 e quinze), que faz parte do processo. **Item sete: Processo nº 23122017606/2015-98 –**  
498 **Resolução/CONDI nº 005, de 09/10/2015, *ad referendum*, que revoga a Resolução/CONDI nº**  
499 **003, de 05/06/1992, que dispõe sobre o local e horário de trabalho dos servidores da FUNREL.**  
500 **Interessada: REITORIA, relatado pelo conselheiro Bruno Carvalho Gonzaga.** O relator leu o  
501 mérito de seu parecer informando que o presente processo objetiva a aprovação de *Ad Referendum* da  
502 Presidente do Conselho Diretor, professora Valéria Heloisa Kemp, que revogou a Resolução nº 005  
503 (cinco), de 5 (cinco) de junho de 1992 (mil novecentos e noventa e dois), deste mesmo Conselho.  
504 Esclareceu que a Resolução revogada tratava do controle de frequência dos servidores da Instituição.  
505 Atualmente, por recomendação do Ministério Público Federal, ressaltou que o controle de frequência  
506 se dá por meio eletrônico, não fazendo mais sentido a existência da Resolução de 1992 (mil,  
507 novecentos e noventa e dois), cuja regulamentação do controle de frequência agora é feita pela  
508 Portaria nº 553 (quinhentos e cinquenta e três), de 1º (primeiro) de outubro de 2015 (dois mil e  
509 quinze), que discorre sobre toda a sistemática. Por fim, observou que o *Ad Referendum* se deu por  
510 necessidades de prazos impostos por outros agentes ou órgãos. Dados os esclarecimentos e discutida  
511 a matéria, o relator leu o seu parecer: “Pelo exposto no mérito, sou de parecer favorável à aprovação  
512 da Resolução *Ad Referendum* Nº 005, de 09 de outubro de 2015, do Conselho Diretor”. Decisão do  
513 Plenário: o parecer do relator foi aprovado por unanimidade, referendando a Resolução nº 005  
514 (cinco), de 9 (nove) de outubro de 2015 (dois mil e quinze), que faz parte do processo. **Item oito:**  
515 **Processo nº 23122010903/2015-11 – Proposta de alteração da Resolução/CONDI nº 001/2014,**  
516 **que atualiza os valores das taxas escolares. Interessada: DICON, relatado pelo conselheiro**  
517 **Bruno Carvalho Gonzaga.** O relator leu o mérito de seu parecer informando que o processo em  
518 questão consiste na proposta de inserção da seguinte taxa na Resolução/CONDI nº 001/2014 (um /

519 dois mil e quatorze): Capa Protetora para Diploma Revestida em Percalux Preto – Valor R\$10,00.  
520 Esclareceu que, no dia 14 (quatorze) de agosto de 2015 (dois mil e quinze), se reuniu com o Diretor  
521 da Divisão de Acompanhamento e Controle Acadêmico (DICON), senhor José Roberto Ribeiro, e  
522 com a Chefe do Setor de Expedição e Registro de Diploma (SERDI), senhora Aparecida Letícia  
523 Neves Ávila. Nessa reunião, ressaltou que lhe foram apresentadas as motivações para a inclusão  
524 dessa nova taxa à Resolução/CONDI nº 001/2014 (um / dois mil e quatorze). Aproveitando a  
525 oportunidade, informou que o Diretor da DICON ressaltou a necessidade de alteração dos valores das  
526 taxas cobradas pelos serviços prestados e constantes na referida Resolução, que, na época da sua  
527 elaboração, não foram alterados, sendo esses valores os mesmos desde a publicação da  
528 Resolução/CONDI nº 003 (três), de 18 de (dezoito) março de 2008 (dois mil e oito). Com isso,  
529 destacou que lhe foi proposto alterar os valores de algumas taxas e/ou incluir outras, conforme  
530 apresentado na nova proposta de Resolução. Na fase de esclarecimentos, a presidente do Conselho  
531 informou que estava presente à reunião o Diretor da Divisão de Acompanhamento e Controle  
532 Acadêmico (DICON), senhor José Roberto Ribeiro, para esclarecimentos. Solicitou permissão para  
533 que ele pudesse falar, quando necessário, o que foi acatado. O relator reforçou que o seu parecer foi  
534 além do que foi solicitado inicialmente pela DICON. Dessa forma, propôs a atualização dos valores  
535 de algumas taxas, bem como a inclusão de outras. O Diretor da DICON esclareceu que alguns dos  
536 documentos citados na proposta de Resolução para cobrança de taxa estão disponíveis para  
537 visualização pelos alunos na Intranet, no Sistema CONTAC. Apenas sobre o documento final, com  
538 assinatura do órgão, é que se deverá cobrar a taxa, isso quando este não for isento. O Diretor  
539 esclareceu ainda que a cobrança de taxa para revalidação de diploma foi incluída nesta proposta por  
540 exigência de um órgão superior e cuja regulamentação já está tramitando no CONEP. Dados os  
541 esclarecimentos e discutida a matéria, o relator leu o seu parecer: “Diante do exposto no mérito, sou  
542 de parecer favorável à aprovação da Proposta de Resolução que dispõe sobre a revisão dos valores e  
543 inclusão de novas taxas escolares, salvo melhor juízo”. Decisão do Plenário: o parecer do relator foi  
544 aprovado por unanimidade, dando origem à Resolução nº 011 (onze), de 30 (trinta) de novembro de  
545 2015 (dois mil e quinze), que passa a fazer parte do processo. **Item nove: Processo nº**  
546 **23122020103/2015-08 – Proposta de Calendário de Reuniões do CONDI 2016. Interessada:**  
547 **SOCES, relatado pelo conselheiro Bruno Carvalho Gonzaga.** O relator leu o mérito de seu  
548 parecer informando que o processo em questão consiste na proposta de Calendário de Reuniões do  
549 Conselho Diretor – CONDI para o ano de 2016 (dois mil e dezesseis). De acordo com o artigo 20  
550 (vinte) do Estatuto da UFSJ, informou que o CONDI reúne-se, ordinariamente, 3 (três) vezes ao ano.  
551 Dessa forma, destacou que as reuniões para o ano de 2016 (dois mil e dezesseis) foram agendadas  
552 para: 28 (vinte e oito) de março, 29 (vinte e nove) de agosto e 28 (vinte e oito) de novembro. Ao  
553 analisar as datas propostas, o relator afirmou que não há incompatibilidade de datas com as reuniões  
554 dos demais Conselhos Superiores, bem como a realização das reuniões ocorrerá em dias úteis e  
555 letivos. Dados os esclarecimentos e discutida a matéria, o relator leu o seu parecer: “Tendo em vista

556 que a proposta de Calendário de Reuniões do Conselho Diretor – CONDI para o ano de 2016 está de  
557 acordo com o Estatuto da Universidade Federal de São João del-Rei e com o calendário dos outros  
558 Conselhos Superiores, sou de parecer favorável à sua aprovação, salvo melhor juízo”. Decisão do  
559 Plenário: o parecer do relator foi aprovado por unanimidade. Esgotada a pauta e antes de encerrar a  
560 reunião, a presidente do Conselho prestou ainda alguns esclarecimentos a respeito da proposta de  
561 federalização dos hospitais do município de São João del-Rei, que se tornariam instituições federais e  
562 passariam para a UFSJ, com toda a capacidade de atendimento destinada ao Sistema Único de Saúde  
563 (SUS) e com a gestão realizada pela Empresa Brasileira Serviços Hospitalares (EBSERH). Em  
564 relação à Santa Casa, informou que a resposta foi negativa. Já em relação ao Hospital das Mercês,  
565 informou que os gestores deste vão pensar na situação e se dispuseram a ouvir a proposta do  
566 EBSERH. Para isso, comunicou que já convidou o EBSERH para vir a São João del-Rei, a fim de  
567 prestar os esclarecimentos necessários a toda comunidade acadêmica, ao Hospital das Mercês e à  
568 população são-joanense, ressaltando que a decisão final caberá à Arquiconfraria Nossa Senhora das  
569 Mercês, que é a atual gestora do Hospital. Informou que já pediu para os conselheiros do CONSU  
570 que participem dessa reunião. Em Divinópolis, destacou que já está em andamento a aquisição do  
571 Hospital Regional pelo EBSERH, em construção naquela cidade, sede do *Campus* Centro-Oeste  
572 Dona Lindu (CCO) da UFSJ, e que foi assinado, inclusive, o protocolo de intenções. Por fim,  
573 convidou os conselheiros para participarem da audiência pública que acontecerá naquele mesmo dia,  
574 à noite, no Teatro Municipal, que terá, além da sua presença, a presença de políticos e da população  
575 são-joanense para debater sobre a possível federalização do Hospital das Mercês. Às 13 (treze) horas,  
576 nada mais havendo a tratar, a presidente do Conselho encerrou a reunião. E para constar, eu, Maria  
577 da Penha Resende Rodrigues, secretária, lavrei a presente ata, que, se aprovada, será assinada por  
578 todos os conselheiros presentes à reunião. São João del-Rei, 30 (trinta) de novembro de 2015 (dois  
579 mil e quinze).

580 Prof<sup>a</sup> Valéria Heloisa Kemp

581 Prof. Sérgio Augusto Araújo da Gama Cerqueira

582 Prof. Antônio Luiz Ribeiro Sabariz

583 Prof<sup>a</sup> Valceres Vieira Rocha e Silva

584 Tec.-adm. Bruno Carvalho Gonzaga

585 Mem. MEC Antônio Carlos Duque Estrada Carvalho